

2.2 — Providenciar pelo controlo da prova de direitos e sua influência na atribuição, montante e processamento das prestações mencionadas no ponto anterior;

2.3 — Efectuar a articulação transversal adequada à prossecução dos seus objectivos;

2.4 — Desenvolver todas as acções tendentes a evitar o processamento indevido de prestações

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2009, e, nos termos do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados, todos os actos entretanto praticados pelo subdelegado, no âmbito das matérias abrangidas pela presente delegação/subdelegação de competências.

Guarda, 9 de Março de 2010. — A Directora da Unidade de Prestações e Atendimento, *Maria José Monteiro Lopes*.

203010756

#### Despacho n.º 4650/2010

Nos termos do disposto nos artigos 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências que me foram delegadas/subdelegadas através da Deliberação n.º 449/2010, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 2 de Março de 2010, subdelego, sem prejuízo dos poderes de avocação, na Chefe de Equipa de SVI e Prestações Diferidas, Ana Maria Justa Forte Lourenço, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos Titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado;

2 — Em matéria de prestações:

2.1 — Organizar os processos relacionados com o complemento por dependência e com a atribuição das prestações diferidas (invalidez, velhice e morte), bem como colaborar com o CNP na actualização dos dados do sistema de informação de pensões;

2.2 — Verificar a subsistência de situações de incapacidade temporária para o trabalho;

2.3 — Verificar e rever situações de incapacidade permanente determinantes do direito a pensões de invalidez e sobrevivência dos regimes de seguranças social;

2.4 — Verificar situações de dependência determinantes do direito ao subsídio por assistência a terceira pessoa;

2.5 — Verificar situações de deficiência determinantes do direito ao subsídio mensal vitalício;

2.6 — Verificar a aptidão para o trabalho exigidas par ao enquadramento no regime de seguro social voluntário;

2.7 — Confirmar as situações de incapacidade temporária dos beneficiários a receber prestações de desemprego, nos termos previstos na lei;

2.8 — Apoiar as acções médicas no âmbito da verificação de incapacidades;

2.9 — Providenciar pelo controlo da prova de direitos e sua influência na atribuição, montante e processamento de prestações;

2.10 — Efectuar a articulação transversal adequada à prossecução dos seus objectivos;

2.11 — Desenvolver todas as acções tendentes a evitar o processamento indevido de prestações;

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2009, e, nos termos do art. 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados, todos os actos entretanto praticados pelo subdelegado, no âmbito das matérias abrangidas pela presente delegação/subdelegação de competências.

Guarda, 9 de Março de 2010 — A Directora da Unidade de Prestações e Atendimento, *Maria José Monteiro Lopes*.

203010812

#### Despacho n.º 4651/2010

Nos termos do disposto nos artigos 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências que me foram delegadas/subdelegadas através da Deliberação n.º 449/2010, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 2 de Março de 2010, subdelego, sem prejuízo dos poderes de avocação, no Director do Núcleo de Gestão do Atendimento, licenciado Francisco Alípio Fernandes, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos Titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado;

2 — Em matéria de recursos humanos e desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho directivo sobre a matéria;

2.1 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e das orientações definidas pelo conselho directivo;

2.2 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano anual de férias, bem como o respectivo gozo, nos termos do regime jurídico de pessoal aplicável;

2.3 — Despachar os processos de justificação de faltas;

2.4 — Autorizar a dispensa de serviço para autoformação, tendo em consideração o crédito previsto na disciplina jurídica do respectivo pessoal;

2.5 — Despachar pedidos de tratamento ambulatorio e de consultas médicas ou de pedidos complementares de diagnóstico;

3 — Em matéria de Atendimento:

3.1 — Assegurar o atendimento presencial, de acordo com os níveis de qualidade definidos.

3.2 — Promover e proporcionar o acesso à informação veiculada superiormente aos colaboradores do atendimento;

3.3 — Responder às solicitações escritas dos cidadãos, remetidas por escrito (carta ou e-mail), dentro dos prazos legalmente fixados;

3.4 — Aplicar as medidas definidas a nível nacional, de forma a garantir uma actuação eficaz e normalizada do atendimento;

3.5 — Identificar e comunicar as acções de melhoria decorrentes da prática do atendimento, proporcionado assim, um aumento da qualidade de serviços, a nível nacional;

3.6 — Decidir as reclamações de acordo com os imperativos legais, bem como identificar e implementar as acções de melhoria correctiva ou preventiva que resultem dessas mesmas reclamações.

4 — Em matéria de prestações, nas ausências, licenças, faltas e impedimentos da Directora de Unidade:

4.1 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação de subsídios no âmbito da maternidade e adopção;

4.2 — Decidir sobre atribuição, suspensão e cessação do subsídio de doença;

4.3 — Decidir em matéria de atribuição de prestações compensatórias de subsídio de férias, de Natal e outros de idêntica natureza;

4.4 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação das prestações de desemprego;

4.5 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação de outras prestações e ou compensações pecuniárias relacionadas com a suspensão dos contratos de trabalho, com a redução dos períodos normais de trabalho ou com a cessação dos mesmos contratos;

4.6 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação do Rendimento Social Inserção e do Complemento Solidário para Idosos;

4.7 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação das prestações por encargos familiares e encargos no domínio da dependência e da deficiência;

4.8 — Organizar os processos relacionados com o complemento por dependência e com a atribuição das prestações diferidas (invalidez, velhice e morte);

4.9 — Providenciar pelo controlo da prova de direitos e sua influência na atribuição, montante e processamento de prestações;

4.10 — Praticar todos os actos que visem o normal processamento das prestações e evitar o processamento indevido de prestações;

4.11 — Efectuar a articulação transversal adequada à prossecução dos seus objectivos;

4.12 — Desenvolver todas as acções tendentes a evitar o processamento indevido de prestações;

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2009, e, nos termos do artº 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados, todos os actos entretanto praticados pelo subdelegado, no âmbito das matérias abrangidas pela presente delegação/subdelegação de competências.

Guarda, 9 de Março de 2010. — A Directora da Unidade de Prestações e Atendimento, *Maria José Monteiro Lopes*.

203010683

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

#### Despacho n.º 4652/2010

O relatório publicado em 15 de Abril de 2007 pela Entidade Reguladora da Saúde, sobre «Estrutura de Mercado e Performance nos

Serviços de Hemodiálise em Portugal», põe em evidência a excessiva concentração, horizontal e vertical, da prestação de cuidados de hemodiálise no nosso país.

Essa concentração, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, pode, segundo o referido relatório, capturar o Estado nas negociações, em especial na fixação do preço; provocar perdas de bem estar para os doentes decorrentes das necessidades de ganhos de eficiência no processo produtivo — i. e., na prestação do serviço pelas empresas prestadoras, tendo por base um preço fixo; limitar a entrada de novas empresas ou entidades neste sector de actividade; condicionar o comportamento dos utentes configurando práticas indesejadas do ponto de vista social, decorrentes do facto de o custo de transporte, quando o utente se desloca ao serviço de hemodiálise, ser suportado pelo Estado e as escolhas não serem realizadas explicitamente pelos doentes.

Tem sido prática do Ministério da Saúde e das instituições dele dependentes celebrar acordos de convenção com todas as unidades de prestação de cuidados de hemodiálise que o solicitam e que reúnem condições de funcionamento adequadas, em matéria de qualidade e de segurança.

Esse princípio assenta na vontade de aproximar os cuidados de diálise dos doentes e, supletivamente, no facto de que se trata de uma área de intervenção de saúde em que o aumento da oferta não se traduz em aumento da procura.

Este procedimento, no entanto, não permite interferir no processo de concentração das unidades prestadoras e diminuir o risco que essa concentração representa para o interesse público.

Assim, entende-se como adequado submeter o processo de celebração de acordos de convenção a uma prévia avaliação em matéria de concorrência, valorizando o respeito pelos interesses dos doentes e do Estado.

Foi ouvida a Entidade Reguladora da Saúde.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/98, de 18 de Abril, determino:

1 — As cláusulas 5.ª e 14.ª do clausulado tipo aprovado pelo despacho n.º 7001/2002, do Secretário de Estado da Saúde, de 7 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 4 de Abril de 2002, alterado e republicado pelo despacho n.º 4325/2008, do Secretário de Estado da Saúde, de 18 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de Fevereiro de 2008, passa a ter a seguinte redacção:

«Cláusula 5.ª

[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — As administrações regionais de saúde solicitam obrigatoriamente à Entidade Reguladora da Saúde uma avaliação em matéria de concorrência, devendo o resultado de tal avaliação ser considerado, nos termos do número anterior, para efeitos de aceitação ou rejeição do aderente.

Cláusula 14.ª

[...]

- 1 — O alargamento do âmbito do contrato a outras valências e actividades e a mudança de instalações carecem de aceitação pelo primeiro outorgante, nos termos dos n.ºs 4 a 6 da cláusula 5.ª
- 2 — .....
- 3 — .....»

9 de Março de 2010. — O Secretário de Estado da Saúde, *Óscar Manuel de Oliveira Gaspar*.

203010601

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

#### Aviso n.º 5403/2010

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da ACSS, I. P., de técnico superior na modalidade de contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ficando integrado na Unidade Operacional de Financiamento e Contratualização, publicitado através do Aviso n.º 12584/2009 no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 136 — de 16 de Julho (Referência E12).**

Por despacho de 1 de Outubro de 2009 do Presidente do Conselho Directivo da Administração Central de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), e em cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria

n.º 83-A/2008 de 22 de Janeiro, indica-se a lista de ordenação final do procedimento mencionado em epígrafe:

Candidatos admitidos:

Não existem candidatos admitidos.

Candidato excluído, com base nos fundamentos expostos na acta n.º 2:

Domingos Almeida Pedro.

8 de Outubro de 2009. — O Coordenador da Secretaria do Conselho, *Jorge Gonçalves*.

203009055

#### Aviso n.º 5404/2010

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da ACSS, I. P., de técnico superior na modalidade de contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ficando integrado na Unidade Operacional de Licenciamento, publicitado através do Aviso n.º 13915/2009 no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 151 — de 6 de Agosto (Referência I2).**

Por despacho de 8 de Outubro de 2009 do Presidente do Conselho Directivo da Administração Central de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), e em cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2008 de 22 de Janeiro, indica-se a lista de ordenação final do procedimento mencionado em epígrafe:

Candidatos admitidos:

Não houve candidatos admitidos

Candidata excluída:

Ana Isabel Fernandes Pires

14 de Outubro de 2009. — A Directora da Secretaria do Conselho, *Isabel Adrião*.

203009363

#### Aviso n.º 5405/2010

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da ACSS, I. P., de técnico superior na modalidade de contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ficando integrado na Unidade Operacional de Licenciamento, publicitado através do Aviso n.º 13915/2009 no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 151 — de 6 de Agosto (Referência I1).**

Por despacho de 8 de Outubro de 2009 do Presidente do Conselho Directivo da Administração Central de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), e em cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2008 de 22 de Janeiro, indica-se a lista de ordenação final do procedimento mencionado em epígrafe:

Candidatos admitidos:

Não houve candidatos admitidos

Candidato excluído:

Edgar Martins Rodrigues

14 de Outubro de 2009. — A Directora da Secretaria do Conselho, *Isabel Adrião*.

203009217

#### Aviso n.º 5406/2010

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da ACSS, I. P., de técnico superior na modalidade de contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ficando integrado na Unidade Operacional de Licenciamento, publicitado através do Aviso n.º 13915/2009 no *Diário da República*, 2.ª série — n.º 151 — de 6 de Agosto (Referência I4).**

Por despacho de 8 de Outubro de 2009 do Presidente do Conselho Directivo da Administração Central de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), e em cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria